

DETERMINANTES DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

LEONARDO MARINS CORDEIRO¹; FELIPE GARCIA RIBEIRO²; RODRIGO NOBRE FERNANDEZ³

¹Universidade Federal de Pelotas – leonardoai@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – felipe.garcia.rs@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – rodrigo@rodrigofernandez.com.br

1. INTRODUÇÃO

Historicamente um dos agentes econômicos mais participativos no investimento em infraestrutura é o governo, que por meio dos gastos públicos ou políticas econômicas fomenta o volume de recursos destinados para esse fim. Com o passar dos anos as economias mundiais se expandiram, surgindo o aumento da concorrência interna e externa, e a necessidade do aumento de investimentos em infraestrutura para garantir o desenvolvimento e a competitividade das nações.

Na década de 1990 na Inglaterra surgiram as Parcerias Público-Privadas (PPPs), que podem ser descritas como uma nova forma de contrato de longo prazo que permitem que o setor público utilize o setor privado como parceiro no financiamento de serviços de infraestrutura. Perante a necessidade de realização de investimentos em contextos de restrição fiscal, o setor público encontrou no arranjo contratual das PPPs uma solução alternativa para a provisão de bens e serviços até então de sua responsabilidade exclusiva. Conforme a base de dados do Private Participation in Infrastructure (PPI), é notável o aumento das parcerias públicas como forma de investimento nos países de baixa e média renda. De acordo com ESTACHE (2006) as PPPs podem oferecer vantagens e oportunidades em termos de estabilidade fiscal, captação de recursos e ganho de eficiência para essas nações.

Outro caráter benéfico das PPPs podem ser considerados, GRIMSEY e LEWIS (2007) mostram que, uma PPP bem estruturada pode apresentar clareza na prestação de contas, transparência de resultados, de desempenho e na determinação dos papéis e responsabilidades das partes contratantes. Ademais, esse arranjo contratual permite que o setor público realize avaliações mais adequadas em relação aos riscos do projeto e insira concorrência na prestação de serviços públicos, que tipicamente são de caráter monopólico.

Além disso, de acordo com WRIGHT (1987) pesquisas empíricas em projetos de PPP voltadas à infraestrutura, realizadas principalmente no Reino Unido e os EUA, mostram que o setor privado é capaz de prover serviços de infraestrutura mais baratos em relação ao setor público.

De acordo com o EUROPEAN PPP REPORT, 2009 os países em desenvolvimento vêm recorrendo gradativamente as PPPs para financiarem seus gargalos em infraestrutura, o foco desses contratos estão nos setores de energia (geração, transmissão e distribuição), de transporte (rodovias, ferrovias, aeroportos e portos), de telecomunicações (telefonia local, de longa distância e internacional) e de saneamento (captação, tratamento e distribuição).

O estudo das PPPs é importante devido a ligação entre infraestrutura e crescimento econômico como mostram ASCHAUER (1989a e 1989b) e CANNING e BENNATHAN (2002). Boas condições de infraestrutura aumentam o retorno dos insumo privados, implicando em um estímulo ao investimento e trabalho. O

aumento de produtividade implica em uma melhor remuneração dos fatores de produção, o que pode implicar em um efeito crowding in na economia.

Sendo assim, se faz justificável estimar os determinantes das PPPs, devido a sua importância no tocante a melhoria dos investimentos em infraestrutura, e aumento nos volumes de investimentos desse tipo.

2. METODOLOGIA

A principal fonte de dados para realizar o estudo de PPPs é encontrada no Banco Mundial, que disponibiliza dados no tocante da participação privada em investimentos de infraestrutura, para países em desenvolvimento. A base de dados disponibilizada se concentra em setores com algumas características de monopólio ou oligopólio, e classifica os projetos em quatro setores primários, que são: o setor de energia (geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás natural), o setor de telecomunicações (telefonia local fixa ou móvel, telefonia de longa distância nacional e a telefonia de longa distância internacional), o setor de transporte (aeroportos e terminais, ferrovias, rodovias, pontes, túneis, infraestrutura portuária, superestruturas, terminais e canais) e o setor de água (geração e transmissão de água potável, e coleta e tratamento de esgoto).

A periodicidade dos dados adotada foi de 9 anos, começando no ano de 2004 até o ano de 2012. Esta escolha temporal foi feita de acordo com a sua disponibilidade, de modo que ao construirmos a base com os valores do PPI, Governança, e de Doing Business do Banco Mundial, não se tenham muitas células em branco o que poderia afetar as estimações do modelo.

Também foram adicionadas dummies temporais, com o intuito de captar choques econômicos ocorridos durante o período analisado, como por exemplo a crise de 2008.

Para realizar a estimação dos dados e encontrar os possíveis determinantes das PPPs, utilizam-se estimadores para dados em painel, e de contagem. Dados em painel consistem de observações sobre as mesmas unidades de corte transversal em vários períodos de tempo GUJARATI e PORTER (2011). Estas técnicas se fazem úteis para avaliar a robustez dos parâmetros, e para corrigir desvios potenciais associados com aos problemas de vieses dos estimadores. É importante lembrar que a variável dependente e a variável independente tem variabilidade temporal. Para estimar dados em painel podemos recorrer ao modelo de efeito fixos ou ao modelo de efeitos aleatórios.

No modelo de efeitos fixos os fatores não observáveis são considerados constantes ao longo do tempo, o modelo consiste na estimação por mínimos quadrados ordinários com a inclusão de controles (dummies) para características individuais dos países da amostra que são imutáveis ou aproximadamente constantes no tempo. Já, no modelo de efeitos aleatórios, o termo de heterogeneidade individual é considerado como parte do termo de erro, assim, o intercepto de uma unidade individual, é extraído de uma população muito maior com valor médio constante.

De acordo com GUJARATI e PORTER (2011) para realizar a escolha entre o modelos de efeitos fixos ou modelo de efeitos aleatórios, aplica-se o teste de Hausman. Ainda há outra alternativa para verificar se o modelo de efeitos aleatórios é adequado, através do teste de Breusch-Pagan.

O segundo modelo assume como variável dependente o número de PPP nos países, tratando-se então de uma variável de contagem. As variáveis de contagem, cujos formatos são de números inteiros e não negativos, devem ser estimadas através do modelo de Poisson ou pelo modelo Binomial Negativo WOOLDRIDGE

(2010). Sendo assim os resultados das regressões irão mostrar como as variáveis independentes afetam o número de projetos no formato de PPPs.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de um painel balanceado com 29 economias emergentes, obtemos o seguinte resultado das regressões, conforme a tabela abaixo:

Tabela 2 – Determinantes dos Investimentos em PPPs

Variável Dependente: Investimento/PIB	FE
corrupt	-8.44 (-0.91)
rule	15.67** (3.24)
regq	6.32 (1.55)
time_enf	2.18* (2.24)
bussines_t	-0.49 (-1.74)
bus_new	-0.07 (-0.40)
domestic	-0.49 (-1.90)
reserves	0.07 (0.33)
trade	-1.78 (-1.19)
inf_def	-1.17* (-2.42)
pop	2.24 (0.68)
expense	-0.57 (-0.99)
d2005	0.57 (1.40)
d2006	0.76 (1.67)
d2007	1.01 (1.96)
d2008	0.89 (1.81)
d2009	0.32 (1.48)
d2010	0.56 (1.04)
d2011	0.13 (0.52)
Constante	-62.79 (-1.51)
N	92
R ² -ajustado	0.09

Fonte: autor

Notas: Erros Padrões Robustos entre Parênteses * significativo a 10% ** significativo a 5% e *** significativo a 1%.

Conforme as regressões notamos que o tempo para que o contrato (time_enf) seja cumprido e o estado de direito (rule), são fatores importantes na determinação do investimento em PPPs, sugerindo que a qualidade do sistema legal seja um canal determinante no ambiente de negócios.

A inflação (inf_def) também se mostra considerável, afetando negativamente os contratos de PPPs, revelando a importância do ambiente macro na tomada de decisão dos agentes econômicos.

4. CONCLUSÕES

As Parcerias Público-Privadas seguem no centro dos debates dos governos no âmbito de provisão de infraestrutura pública, sendo utilizadas como um possível mecanismo para fomentar os investimentos neste setor.

Os resultados encontrados indicam que o canal do sistema legal é um dos principais preponderantes para formulação destes contratos. A força das leis e o cumprimento de contratos são fatores chaves para fornecer credibilidade a uma país, atraindo assim um maior volume de investidores.

A estabilidade macroeconômica também fornece incentivos a entrada de investimento, pelo fato de trazer um maior índice de confiança aos investidores, possibilitando avaliações de investimento de longo prazo. Se caracterizando assim, como um importante canal para determinação das PPPs.

Portanto, os resultados encontrados neste trabalho mostram que as PPPs podem ser um bom mecanismo de provisão a infraestrutura em economias emergentes da América Latina e Caribe, mas é importante ressaltar que esses contratos são complementares aos canais aqui testados.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHAUER, D. Is Public Expenditure Productive? **Journal of Monetary Economics**, 23, March, pp. 177-200, 1989a.
- ASCHAUER, D. Public Investment and Productivity Growth in the Group of Seven. **Economic Perspectives**, v.13, n.5, pp.17-25, 1989b.
- CALDERÓN C.; SERVÉN L. The Effects of Infrastructure Development on Growth and Income Distribution. Policy Research Working Paper No. 3400. **World Bank**, Washington DC, 2004.
- CANNING D.; BENNATHAN E. The Social Rate of Return on Infrastructure Investment. Policy Research Discussion Paper 2390. **World Bank**, Washington DC, 2002.
- ENGEL E.; FISCHER R.; GALETOVIC A. The Basic Public Finance of Public-Private Partnerships. Cowles Foundation Discussion Paper n. 1618, **Cowles Foundation**, 2011.
- EUROPEAN PPP REPORT 2009. **Relatório Europeu das PPPs**. Disponível em <<http://www.eib.org/epec/resources/dla-european-ppp-report-2009.pdf>>. Acesso em: 02 de junho de 2014.
- ESTACHE, A. Infrastructure: a survey of recent and upcoming issues. **The World Bank**, Washington DC, 2006.
- GRIMSEY, D.; LEWIS, M. Public Private Partnerships and Public Procurement. **Agenda**, v.14, n.2, p.171-188, 2006.
- GUJARATI, D. **Econometria Básica**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- HAMMAMI, M.; RUHASHYANKIKO, J. F.; YEHOUE, E. B. Determinants of Public Private Partnerships in Infrastructure. Working Paper, p.1-37, **IMF**, 2006.
- HARRIS, C. Private Participation in Infrastructure in Developing Countries: Trends, Impacts, and Policy Lessons. **The World Bank**, Washington DC, 2003.
- SIRTAINE, S.; PINGLO, M.; GUASCH, L.; FOSTER, V. How Profitable Are Infrastructure Concessions In Latin American? Empirical Evidence and Regulatory Implications **The Public-Private Infrastructure Advisory Facility**, 2005.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. MIT Press, 2010.
- WRIGHT, M. Government Divestments and the Regulation of Natural Monopolies in the UK: The Case of British Gas. **Energy Policy** Vol. 15, n. 3, Jun. 1987.